



Programa de Orientação aos Controladores Socias 2026



PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Conselheiro Fernando de Castro Ribeiro
Presidente

Conselheiro Luís da Cunha Teixeira
Vice-Presidente

Conselheiro Odilon Inácio Teixeira
Corregedor

Conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes
Ouvidora

Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira
Coordenador da Comissão para o Aperfeiçoamento de Mecanismos para o
Desenvolvimento do Controle Externo

Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior
Coordenador de Sistematização e Consolidação de Jurisprudência

Conselheira Daniela Lima Barbalho
Coordenadora da Comissão de Sustentabilidade e Meio Ambiente

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Julival Silva Rocha

Milene Dias Cunha

Daniel Mello

Edvaldo Fernandes de Souza

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA

Conselheiro Fernando de Castro Ribeiro
Presidente

Conselheiro Luís da Cunha Teixeira
Vice-Presidente

Conselheiro Odilon Inácio Teixeira
Corregedor

Conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiro Lopes
Ouvidora

Alice Cristina da Costa Loureiro
Secretária Geral da Presidência

José Tuffi Salim Júnior
Chefe de Gabinete da Presidência

Enorê Corrêa Monteiro
Chefe da Consultoria Jurídica

Jorge Batista Júnior
Secretário Geral do Tribunal Pleno

Fernanda Pinheiro Pantoja
Secretária Geral de Controle Externo

Izabelle Santos Guimarães Frazão de Sousa
Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica

Maria de Lourdes Carneiro Lobato
Secretária de Administração

Anna Maria Malcher Gillet
Secretária de Gestão de Pessoas

Lêda Mara Souza de Oliveira Monteiro
Secretária de Tecnologia da Informação

Vanessa Rocha Ferreira Rodrigues
Auditora Interna

Maria do Carmo da Silva Gomes de Oliveira e Sousa
Secretária da Escola de Contas Alberto Veloso

ESCOLA DE CONTAS ALBERTO VELOSO

Maria do Carmo da Silva Gomes de Oliveira e Sousa
Direção Geral

Jozileide Martins Noronha Fleury
Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão

Maria Theresa Calado Lopes
Coordenação Acadêmica

Cláudia Nilene Calado Lopes de Moura
Coordenação de Acervo Técnico e Informação

André José Araújo Vieira
Gerência de Expediente

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ecav	Escola de Contas Alberto Veloso
IES	Instituições de Educação Superior
OSC's	Organizações da Sociedade Civil
Pocs	Plano de Orientação aos Controladores Sociais
Reducontas	Rede das Escolas de Contas do Brasil
Seac	Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania
Seduc	Secretaria de Estado de Educação
Siga	Sistema de Gestão Acadêmica
TCE-PA	Tribunal de Contas do Estado do Pará

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	7
2. OBJETIVOS	8
2.1 Objetivo Geral	8
2.2 Objetivos Específicos	8
3. PÚBLICO-ALVO	8
4. PROGRAMAS DE FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL	8
4.1 Programa TCE Cidadão	9
4.1.1 Projeto TCE Cidadão Escola	9
4.1.2 Projeto TCE Cidadão Universitário	9
4.1.3 Projeto TCE Cidadão nas Comunidades	9
4.2 Programa de Orientação aos Conselhos	10
4.3 Programa Simpósio de Cidadania e Controle Social	10
5. METODOLOGIA.....	11
6. PROCEDIMENTOS DE DIVULGAÇÃO E INSCRIÇÕES	11
7. FACILITADORES DAS AÇÕES DE FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL	12
8. PARCERIAS PARA O FOMENTO DO CONTROLE SOCIAL	12
9. CERTIFICAÇÃO	12
10. AVALIAÇÃO	13
11. INDICADORES E METAS 2026	13
11.1 Plano Estratégico (2022-2027) do TCE-PA	13
11.2 Plano de Gestão (2025-2027) do TCE-PA.....	13
12. AÇÕES DE FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL PREVISTAS PARA 2026	13
REFERÊNCIAS	15

1. APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), como órgão responsável por examinar e julgar a regularidade das contas dos gestores públicos estaduais, mobiliza esforços para o desenvolvimento de ações educacionais de orientação e fomento ao controle social no Estado.

Essas ações educacionais visam ao incentivo da cultura fiscalizatória nos cidadãos no intuito de que participem do planejamento orçamentário, acompanhamento, gestão e controle da utilização das verbas e avaliação das políticas públicas. É um mecanismo que visa prevenir a corrupção e fortalecer o exercício da cidadania, por meio do controle social.

Compreende-se controle social como a atuação de cidadãos, organizados ou não, no acompanhamento e fiscalização dos atos da Administração Pública, da aplicação dos recursos públicos e da execução das políticas públicas.

Assim, para o fomento ao controle social é necessária a orientação ao cidadão, no sentido de oportunizar a compreensão acerca da importância de ser um fiscal dos gastos governamentais, legitimando a escolha cidadã do Brasil em ser um Estado Democrático de Direito, conforme o art. 1º da Constituição Federal, no qual “todo o poder emana do povo, que exerce, por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos dessa Constituição”. (BRASIL, 1988).

No TCE-PA, a Escola de Contas Alberto Veloso (Ecav) é a unidade responsável pela realização da orientação e fomento ao controle social.

Criada pela Resolução nº 17.278/2006, a Ecav tem como missão difundir conhecimento para o aprimoramento do controle externo e fomentar o controle social com vistas à efetividade da gestão dos recursos públicos.

O presente Plano de Orientação aos Controladores Sociais (Pocs) para o ano de 2026 é um instrumento organizacional que consolida os programas e ações educacionais a serem realizadas para fomentar a democracia participativa na gestão pública, promover a cultura de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania. Ressalta-se que, para o desenvolvimento das ações no Estado do Pará conta-se com Acordos de Cooperação Técnica e parcerias com os órgãos que desenvolvem políticas públicas e de controle nas esferas municipal, estadual e federal.

O Pocs, alinhado às necessidades atuais e futuras do TCE-PA, busca gerar resultados que apresentem correspondência direta ao Plano Estratégico (2022-2027), ao Plano de Gestão (2025-2027) do TCE-PA e às demandas da sociedade.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Estruturar ações educativas de forma continuada aos controladores sociais para fomentar o exercício do controle social e da cidadania.

2.2 Objetivos Específicos

- Contribuir para o aperfeiçoamento do controlador social;
- Planejar, promover, coordenar e avaliar ações educativas de orientação e de aprimoramento do controle social;
- Desenvolver palestras educativas nas escolas, universidades, comunidades e na sociedade civil organizada sobre a temática controle social;
- Aproximar a linguagem técnica utilizada no TCE-PA àquela falada pelo cidadão comum, para que possa entender e executar as ações de controle sobre a prestação dos serviços públicos;
- Mobilizar, fomentar, estabelecer convênios, acordos e parcerias de natureza educativa com segmentos organizados de controladores sociais;
- Planejar e executar projetos, divulgar cartilhas, material audiovisual, mídias e outras publicações que visem o estímulo ao exercício da cidadania e o controle social.
- Incentivar o acesso e a interação no Portal do TCE-PA, especialmente, no *site* do Programa TCE Cidadão e no da Ouvidoria do Tribunal.

3. PÚBLICO-ALVO

Controladores Sociais (membros de Conselhos, estudantes, cidadãos, Organizações da Sociedade Civil e Comunidades).

Eventualmente, outros interessados, incluindo servidores do TCE-PA e de órgãos jurisdicionados ao Tribunal, podem participar das iniciativas, contudo, isso não compromete a identificação do público-alvo primário.

4. PROGRAMAS DE FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL

O fomento ao controle social no TCE-PA é realizado por três Programas: Programa TCE Cidadão, o Programa de Orientação aos Conselhos e o Programa Simpósio de Cidadania e Controle Social. Além deles, ações desenvolvidas pela Ouvidoria do TCE-PA também podem ser consideradas de fomento ao controle social.

4.1 Programa TCE Cidadão

O programa visa difundir informações aos docentes e discentes das Escolas da Rede de Ensino pública e privada, da educação básica e superior, à sociedade, às Organizações da Sociedade Civil (OSC's) e às comunidades sobre seus direitos constitucionais e infraconstitucionais para fiscalizar a gestão dos recursos públicos, com vistas ao fomento do controle social dos gastos públicos, bem como de prestar esclarecimentos acerca dos aspectos relevantes da atuação do Tribunal de Contas do Estado e o seu papel institucional no Estado Democrático de Direito. É desenvolvido mediante os projetos TCE Cidadão Escola, TCE Cidadão Universitário e TCE Cidadão Comunidade.

4.1.1 Projeto TCE Cidadão Escola

O projeto objetiva informar e estimular a prática do controle social em alunos matriculados prioritariamente no ensino médio tanto da rede pública quanto privada, bem como em gestores e docentes atuantes nesta etapa da educação básica.

As ações educacionais são realizadas em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e instituições privadas por meio de acordos de cooperação técnica.

As ações do projeto podem ocorrer no espaço físico das instituições escolares ou na sede do próprio Tribunal de Contas.

4.1.2 Projeto TCE Cidadão Universitário

O projeto atende discentes e docentes da educação superior pública e privada no Estado do Pará e apresenta como é realizado o controle externo na Administração Pública, bem como os fundamentos, mecanismos e ferramentas do controle social. Nesta premissa, acadêmicos de cursos de graduação são orientados sobre a importância do exercício da fiscalização dos gastos públicos pelo cidadão, incluindo-se nessa perspectiva, a possibilidade de atuação profissional futura nas áreas que são de competência do Tribunal.

As ações educacionais são realizadas em parceria com as Instituições de Educação Superior (IES), públicas e privadas ou por acordos de cooperação técnica.

As ações do projeto podem ocorrer no espaço físico das instituições ou na sede do próprio Tribunal de Contas.

4.1.3 Projeto TCE Cidadão nas Comunidades

O projeto intenciona apresentar para as comunidades seu papel de acompanhar a atuação da Administração Pública e estimular o conhecimento acerca do controle social e as ferramentas disponíveis na sociedade para realizá-lo. Nesta perspectiva, as comunidades atendidas terão subsídios para contribuir no fortalecimento da cultura da política participativa, em que cada cidadão, engajado ou não em associações civis, é convidado a exercer o papel de sujeito no planejamento, gestão e controle das políticas públicas.

As ações educacionais do projeto podem ocorrer nas Usinas da Paz, em parceria com a Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania (Seac), localizadas em vários municípios do Estado, por acordo de cooperação técnica, e com Organizações da Sociedade Civil (OSCs). O projeto também pode fazer parte de feiras, mobilizações da sociedade, eventos, dentre diversas manifestações da sociedade.

As ações educacionais desenvolvidas são divulgadas no Portal do Programa TCE Cidadão, com acesso dos interessados a qualquer momento. O portal apresenta informações, textos, vídeos, atividades interativas, dentre outras ações de estímulo ao controle social e pode ser acessado pelo link: <https://www.tcepa.tc.br/tcecidadao/>.

4.2 Programa de Orientação aos Conselhos

O programa tem como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos membros dos conselhos que exercem o controle social (a exemplo dos Conselhos Escolares, dos Conselhos de Saúde, dos Conselhos de Segurança, dos Conselhos de Políticas Públicas) quanto aos aspectos jurídicos e administrativos que norteiam a fiscalização da aplicação de recursos públicos estaduais.

Para este programa os Conselhos devem contatar formalmente o Tribunal de Contas, para em conjunto viabilizar os procedimentos para a realização da ação educacional.

4.3 Programa Simpósio de Cidadania e Controle Social

Visando sensibilizar e capacitar os cidadãos para o exercício efetivo da cidadania e o combate à corrupção, este Programa é concebido como um espaço de diálogo e reflexão, onde se busca sensibilizar os participantes sobre a gravidade e abrangência da corrupção em diferentes esferas da sociedade, destacando suas consequências prejudiciais para o desenvolvimento econômico, social e político.

Além disso, busca promover a reflexão sobre a responsabilidade individual e coletiva na luta contra a corrupção, enfatizando a importância da ética e da integridade no exercício das atividades públicas e privadas.

O Simpósio é realizado em especial nas regiões Oeste, Sul e Sudeste do Estado do Pará, buscando ampliar as discussões acerca do papel da sociedade civil no controle social e na promoção da transparência e integridade nos processos públicos, considerando as particularidades socioeconômicas e culturais dessas regiões. Promovido desde 2017 pela Ecav e Unidade Regional de Santarém¹, o Simpósio é uma iniciativa voltada para a capacitação e ao incentivo do efetivo controle social, à educação fiscal, à função social e a atuação do controle externo no Terceiro Setor.

5. METODOLOGIA

- Palestras e oficinas;
- Utilização de recursos audiovisuais, mídias sociais e informativos impressos/digitais;
- Visita guiada às dependências do TCE-PA;
- Participação no Plenário com agenda prévia;
- Os eventos serão realizados em formato presencial, híbrido ou *online*, com datas e horários divulgados previamente por meio dos canais oficiais do Tribunal.

6. PROCEDIMENTOS DE DIVULGAÇÃO E INSCRIÇÕES

A programação das ações (data, horário, local, carga horária se houver certificação) será disponibilizada no *site* do TCE-PA, nos catálogos mensais de ações educacionais da Ecav, e nas redes sociais do Tribunal. Pela parceria que há entre o TCE-PA e a Rede das Escolas de Contas do Brasil – Reducontas, também poderá haver divulgação de eventos de outros Tribunais nos meios de comunicação desta Corte de Contas, bem como eventos promovidos pela Ecav/TCE-PA poderão ser divulgados na Rede.

Não há necessidade de inscrição dos participantes nas ações do Programa TCE Cidadão².

¹ A Unidade Regional 1 – UR1-STM, a primeira Representação do Tribunal de Contas do Estado, com sede no município de Santarém, foi criada em 2013 objetivando a implementação da estratégia de interiorização do Tribunal e uma maior aproximação com a sociedade e jurisdicionados.

² Exceto quando se tratar de ação do TCE Cidadão Universitário desenvolvida nas dependências do Tribunal em Belém e nas Unidades Regionais I (Santarém) e II (Marabá), pois esta faz parte de visita técnica de turmas universitárias ao TCE-PA, situação à qual haverá procedimentos específicos de inscrição divulgados na oportunidade da oferta.

Em se tratando do Programa de Capacitação de Conselhos e do Programa Simpósio de Cidadania e Controle Social a forma de inscrição no evento será divulgada na oportunidade da oferta dos eventos.

Ações da Ouvidoria poderão ser planejadas de acordo com parcerias realizadas ao longo do ano com outras instituições, e não haverá necessidade de inscrição.

7. FACILITADORES DAS AÇÕES DE FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL

Os facilitadores internos (membros e servidores do Tribunal) estão inseridos no banco de servidores voluntários do Programa TCE Cidadão. Todos os facilitadores do Programa TCE Cidadão devem ser capacitados pela Escola de Contas.

Para o Programa de Capacitação de Conselhos e o Programa Simpósio de Cidadania e Controle Social, os temas das atividades devem estar alinhados com a atuação do TCE-PA. Preferencialmente, os facilitadores são servidores do próprio Tribunal, mas facilitadores parceiros também podem ser convidados. A disponibilidade desses parceiros deve ser considerada ao organizar as ações.

8. PARCERIAS PARA O FOMENTO DO CONTROLE SOCIAL

As parcerias com as instituições públicas e privadas são essenciais para o desenvolvimento das ações educacionais e para o fortalecimento do controle social. Tais parcerias podem ser concretizadas por meio da celebração de Acordos de Cooperação Técnica.

9. CERTIFICAÇÃO

Em regra, não há certificação de ações do Programa TCE Cidadão. No projeto TCE Cidadão Universitário poderá haver certificação dos alunos participantes quando a ação for realizada concomitante com visita técnica de alunos da educação superior às dependências do TCE-PA.

No que se refere ao Programa de Orientação aos Conselhos, bem como ao Programa Simpósio de Cidadania e Controle Social a certificação será expedida na plataforma educacional do TCE-PA (Sistema de Gestão Acadêmica - Siga) na qual foi aberta a ação. O participante, após o encerramento da ação, deverá acessar a plataforma com usuário e senha, realizar avaliação de reação e após realizar o *download* do certificado.

10. AVALIAÇÃO

O processo avaliativo das ações educacionais desenvolvidas no Pocs contempla a avaliação de reação. Esta se caracteriza pela mensuração do grau de satisfação dos participantes, sendo um instrumento de avaliação aplicado ao final de cada ação educacional do Programa de Orientação aos Conselhos e Programa Simpósio de Cidadania e Controle Social.

11. INDICADORES E METAS 2026

O indicador referente à execução do Pocs tem previsão no Plano Estratégico 2022-2027 do TCE-PA (Resolução nº 19.320/2021) e no Plano de Gestão 2025-2027, com o Objetivo Estratégico Estimular o Exercício do Controle Social, assim dispostos nos referidos Planos:

11.1 Plano Estratégico (2022-2027) do TCE-PA

Objetivo Estratégico: Estimular o Exercício do Controle Social.

Quadro 1. indicadores e metas POCS no Plano Estratégico (2022-2027) do TCE-PA

Identificação		Fórmula de Cálculo
Indicadores	Meta	
Índice de execução do Plano de Orientação aos Controladores Sociais (POCS)	Alcançar 100% das ações de promoção ao controle social	$(N^{\circ} \text{ de ações realizadas} / \text{Número de ações planejadas}) \times 100$

Fonte: Plano Estratégico (2022-2027) do TCE-PA

11.2 Plano de Gestão (2025-2027) do TCE-PA

Objetivo Estratégico: Estimular o Exercício do Controle Social.

Ação: Ampliação do programa TCE Cidadão no interior do Estado.

Quadro 2. Metas do Pocs no Plano de Gestão (2025-2027) do TCE-PA

Meta	Prazo
Atender 15 municípios no interior do Estado do Pará	18/12/2026

Fonte: Plano de Gestão (2025-2027) do TCE-PA

12. AÇÕES DE FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL PREVISTAS PARA 2026

A Ecav disponibiliza, abaixo, o planejamento preliminar do número de ações previstas nos programas do Pocs.

Ressalta-se que este planejamento poderá sofrer ajustes conforme necessidades operacionais, sendo complementado por outras iniciativas que venham a ser consideradas relevantes durante o transcurso do ano. O quadro a seguir apresenta uma prévia das ações a serem ofertadas, por programa.

Quadro 3. Ações do Pocs previstas para 2026

PLANO DE ORIENTAÇÃO AOS CONTROLADORES SOCIAIS (POCS) 2026			
Nome do Programa	Público-alvo	Período	Número de ações educacionais
Programa TCE Cidadão	Alunos da educação básica/ Universitários/ Comunidade	Fevereiro- Novembro	12
Interiorização do Programa TCE Cidadão	Municípios do interior do Estado do Pará	Fevereiro- Novembro	06
Programa de Orientação aos Conselhos	Conselhos	1º semestre	01
Programa Simpósio de Cidadania e Controle Social	Sociedade	-	-
TOTAL PREVISTO			19

Fonte: Ecav/2025

Em síntese, o Pocs 2026 é um documento que sintetiza o planejamento das ações a serem ofertadas pelo TCE-PA, em seus programas de orientação aos controladores sociais, mobilizando esforços para o desenvolvimento de ações de orientação e fomento ao controle social no Estado do Pará.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

PARÁ. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 17.278, de 30 de novembro de 2006**. Institui a Escola de Contas no TCE/PA. Belém, 30 de novembro de 2006, 2006. Disponível em: <https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numerosolucao/17278/conteudo-original>. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Resolução nº 19.320 de 2021**. Aprova o Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Estado do Pará para o período de 2022-2027 e dá outras providências. Disponível em: <https://www.tcepa.tc.br/pesquisaintegrada/bases-dados/resolucoes/numerosolucao/19320/resolucao-n-19-320/conteudo-original>. Acesso em 22/04/2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Travessa Quintino Bocaiúva, 1585.
Belém - Pará – Brasil - CEP: 66.035-903
Fone: (91) 3210-0844 / 0845 / 0846
escoladecontas@tcepa.tc.br
www.tcepa.tc.br/escoladecontas